

## **APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento ao que dispõe o art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94 – Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 1º trimestre de 2014, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Este Relatório de Atividades consolida as principais ações efetivadas pelo TCDF, englobando as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade fim do Tribunal.

As realizações no trimestre, desenvolvidas em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, traduzem os esforços desta Casa para cumprir sua missão de maneira cada vez mais efetiva, eficaz, eficiente e econômica.

***Inácio Magalhães Filho***  
***Presidente***

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF</b>	<b>4</b>
<b>3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO</b>	<b>5</b>
<b>3.1 Julgamentos e Decisões</b>	<b>5</b>
3.1.1 Sessões Realizadas	5
3.1.2 Cobranças Executivas	6
<b>3.2 Fiscalização Realizada</b>	<b>7</b>
3.2.1 Auditorias e Inspeções	7
3.2.2 Instrução de Processos	8
<b>3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle</b>	<b>9</b>
<b>4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS</b>	<b>13</b>
<b>4.1 Planejamento e Modernização Institucional</b>	<b>13</b>
<b>4.2 Gestão de Recursos Humanos</b>	<b>13</b>
<b>4.3 Execução da Despesa</b>	<b>16</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>17</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Dispondo de 540 servidores ativos em 31.03.14, o TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma (Anexo 1) e de acordo com a composição descrita a seguir:

- *colegiado: Plenário;*
- *direção: Presidente e Vice-Presidente/Corregedor;*
- *órgãos técnicos e administrativos: Gabinetes do Presidente, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal e Procuradores; Secretaria-Geral de Controle Externo; Secretarias de Controle Externo; Núcleos de Fiscalização; Consultoria Jurídica; Secretaria das Sessões; Secretaria-Geral de Administração; Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; Divisão de Controle Interno e Divisão de Tecnologia da Informação.*

Regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, atua nesta Corte o Ministério Público junto ao Tribunal, com três Procuradores sob a direção de um Procurador-Geral, exercendo as funções de guarda da lei e fiscal de sua execução.

Por intermédio desses órgãos efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de Controle Externo.

Constitui-se, pois, este Relatório de Atividades em documento que consolida as realizações do Tribunal no 1º trimestre de 2014, nos campos administrativo e do Controle Externo, distribuídas de acordo com os seguintes tópicos:

- *Atividades de Controle Externo - Julgamentos e decisões; fiscalização realizada; e Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle;*
- *Atividades Organizacionais - Planejamento e modernização institucional; gestão de recursos humanos; e execução da despesa;*
- *Considerações Finais - Síntese das realizações do período e comentários finais;*
- *Anexos - Organograma do Tribunal e Execução da Despesa.*

## 2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF

---

Número de decisões do Tribunal	1.426
Acórdãos proferidos	239
Valor das condenações	R\$ 22.531.172,68
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	18
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	143
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Distrital	95
Processos julgados conclusivamente	585

---

Fonte: e-TCDF

### 3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

#### 3.1 Julgamentos e Decisões

O julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo a serem apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões referentes às atividades de Controle Externo são atos formalizados por deliberações do Plenário, podendo o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno, decidir também sobre matéria de competência do Tribunal, *ad referendum* do Plenário.

##### 3.1.1 Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 1º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas foram proferidos 239 acórdãos e 585 processos foram julgados conclusivamente.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	19	1.388
Extraordinária	0	0
Extraordinária administrativa	9	8
Extraordinária reservada	16	30
Especial	0	0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>1.426</b>

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na Internet, no endereço [www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br)

**Despachos Singulares** – Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

Tipo de Sessão	Despachos realizados
Ordinária	359
Extraordinária	0
Extraordinária reservada	9
Extraordinária administrativa	0
<b>Total</b>	<b>368</b>

Pela Presidência foram proferidas 23 decisões e 8 decisões liminares, na qual o Presidente decidiu *ad referendum* do Plenário, com fundamento no art. 85 do Regimento Interno do TCDF.

**Licitações e contratos suspensos cautelarmente** – Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, os relatores

designados, ou o Tribunal, concederam medidas cautelares em 18 processos, conforme detalhado na Tabela 3.

**Tabela 3: Licitações e Contratos Suspensos Cautelamente**

Nº do Processo	Decisão/Despacho Singular
2832/2014	14/14
29468/2013	21/14
35727/2013	27/14
37282/2013	43/14
38416/2013	Dec. Lim. 5/14-GPAT
38149/2013	61/14
2072/2014	450/14
2196/2014	531/14
2978/2014	597/14
300/2014	599/14
2480/2014	767/14
3583/2014	911/14
3311/2014	912/14
36103/2013	957/14
3150/2014	Desp. Sing. 79/2014-GCPM
30038/2012	Desp. Sing. 154/2014-GCRR
2293/2014	1045/14
5837/2014	1272/14

### 3.1.2 Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em ACORDÃO, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do MPJTCD 445 ACORDÃOS do TCDF, dos quais 135 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os ACORDÃOS sob acompanhamento podem ser visualizados no *site* do MPJTCD na *internet*, no *link* EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS.

Nos campos institucional e administrativo foram desenvolvidas pelo MPJTCD diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, a participação de membros e servidores em eventos de capacitação, consolidados na Tabela 7 (item 4.2 -

*Gestão de Recursos Humanos*), bem como o encaminhamento ao TCDF de 23 representações alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

### **3.2 Fiscalização Realizada**

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo-se aí a realização de AUDITORIAS e INSPEÇÕES nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

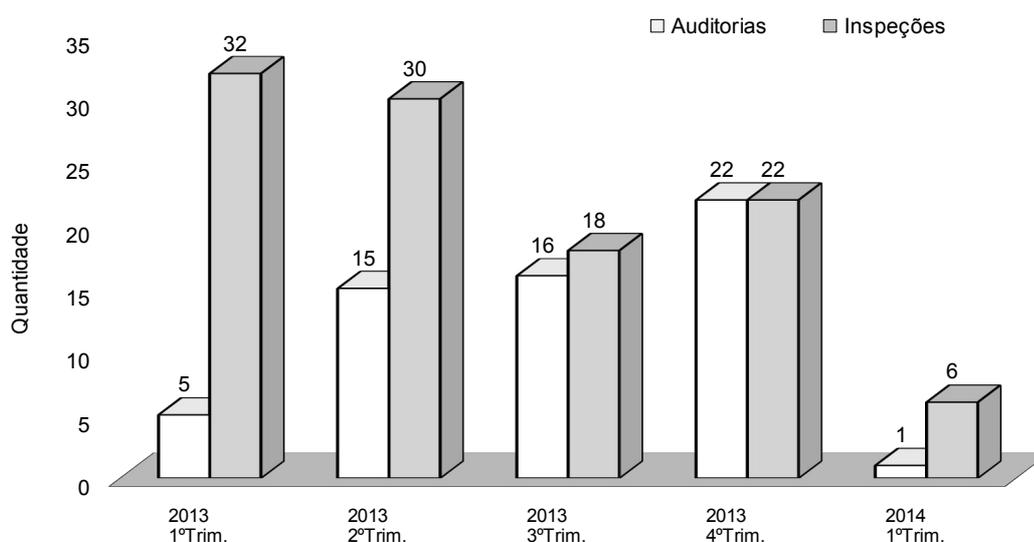
#### 1.1.1 Auditorias e Inspeções

AUDITORIA é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – especialmente quanto à legalidade e à legitimidade –, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a INSPEÇÃO é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

O Gráfico 1 apresenta série histórica do quantitativo de fiscalizações, evidenciando que, no 1º trimestre, foi concluída 1 AUDITORIA e 6 INSPEÇÕES.

**Gráfico 1: Auditorias e inspeções realizadas**

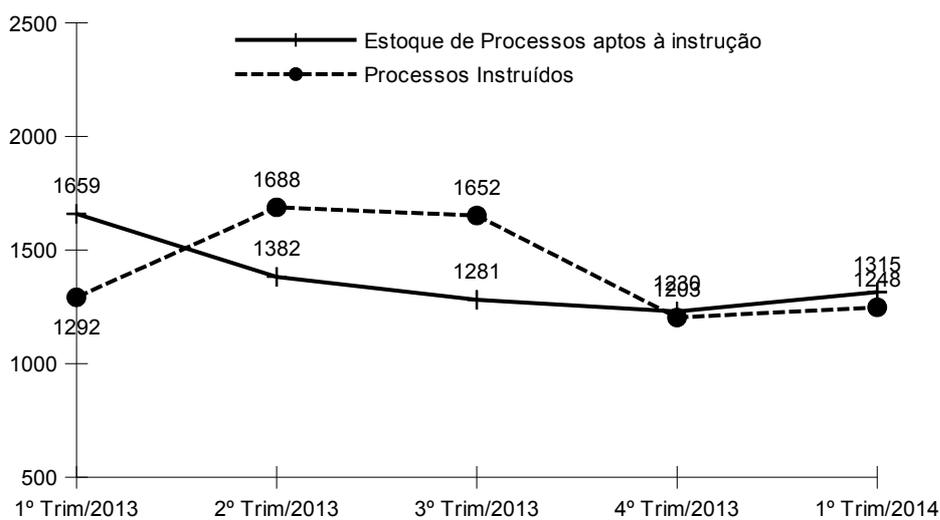


### 3.2.1 Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos, para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício na área-fim do Tribunal. Os processos de diversas naturezas são instruídos pelas Secretarias e Núcleos de Fiscalização e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público. No primeiro trimestre, foram realizadas 1.248 INSTRUÇÕES DE PROCESSOS. O Gráfico 2 registra a realização de instruções de processos a cada trimestre do ano, confrontando tal atividade com o ESTOQUE DE PROCESSOS para serem instruídos ao final de cada período.

**Gráfico 2: Instrução e Estoque de Processos**



Fonte: Sistema e-TCDF e Acompanhamento das Secretarias e Núcleos de Fiscalização.

Registre-se que, ao final do 1º trimestre, do estoque total de 3.602 PROCESSOS A INSTRUIR, 1.315 autos encontravam-se APTOS À INSTRUÇÃO, ou seja, em condições de serem instruídos; e 2.287 processos estavam COM TRAMITAÇÃO PARALISADA, aí incluídos os sobrestados e os que aguardam processo de tomada de contas especial, cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstem a instrução do processo.

### **3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle**

Em razão do volume de recursos a serem fiscalizados e da crescente evolução e complexidade das normas que organizam as atividades do Estado, as instituições de controle necessitam estar cada vez mais aparelhadas a atuar de forma ágil e transparente, utilizando-se de critérios relativos à seletividade, materialidade, entre outros. Nesse contexto, a sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essenciais as atividades executadas pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a este último, sua ocorrência e relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

Quanto aos benefícios mensuráveis da atuação do Tribunal, após a recente implantação do Projeto do Processo Eletrônico nesta Corte de Contas, denominado e-TCDF, identificou-se a necessidade de ajustes nas sistemáticas de apuração e apropriação desses valores. Assim, já estão sendo adotadas pela

Secretaria-Geral de Controle Externo, em conjunto com a Divisão de Planejamento, iniciativas com vistas a elaborar proposta de revisão do normativo acima referido, para que se possa dar continuidade aos registros dos valores e a emissão de relatórios pelo sistema.

Ainda em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 143 responsáveis. Deste total, 95 foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública distrital. A Tabela 4 registra o Valor das Condenações e o respectivo processo.

**Tabela 4: Valor das Condenações**

<b>Processo</b>	<b>Valor (R\$)</b>
6971/2010	64.176,43
15956/2011	96.811,78
33356/2010	101.296,94
38129/2010	88.714,40
38200/2010	102.589,52
1290/2011	68.681,28
6039/2011	145.177,43
6098/2011	140.679,03
6152/2011	111.532,35
6330/2011	89.827,59
6462/2011	148.005,01
6470/2011	145.605,68
6489/2011	103.070,52
6497/2011	143.553,02
6527/2011	158.359,27
8635/2011	141.871,60
8732/2011	144.086,67
9178/2011	100.311,03
9275/2011	92.381,13
9356/2011	157.996,45
12078/2011	81.477,91
21778/2011	51.223,54
28896/2011	86.916,28
29167/2011	97.586,79
23562/2012	1.169,80
9009/2012	223.126,18
33577/2010	136.726,35
12060/2011	114.959,27
21867/2011	151.781,80
23546/2012	150.278,69

**Tabela 4: Valor das Condenações (continuação)**

<b>Processo</b>	<b>Valor (R\$)</b>
33534/ 2010	141.548,24
33607/ 2010	146.692,82
33623/ 2010	92.450,23
33666/ 2010	148.232,04
38030/ 2010	174.226,55
38056/ 2010	140.351,09
38102/ 2010	111.808,29
38161/ 2010	145.680,49
38170/ 2010	108.368,99
38196/ 2010	152.674,24
38269/ 2010	120.436,88
6144/ 2011	152.539,37
6195/ 2011	149.822,22
6578/ 2011	119.482,26
9135/ 2011	91.930,54
9445/ 2011	121.302,66
9461/ 2011	151.294,42
9780/ 2011	187.331,73
9933/ 2011	163.922,56
9941/ 2011	155.372,00
9950/ 2011	87.377,58
10040/ 2011	151.055,67
12094/ 2011	145.154,24
15948/ 2011	116.578,52
15972/ 2011	147.867,21
16030/ 2011	85.598,89
17541/ 2011	91.138,84
19617/ 2011	114.916,59
20674/ 2011	154.121,57
21018/ 2011	75.840,89
21042/ 2011	116.112,21
21107/ 2011	178.622,19
21654/ 2011	121.592,16
21824/ 2011	100.893,32
21840/ 2011	150.614,75
22278/ 2011	79.424,68
23495/ 2011	55.459,17
26559/ 2011	57.930,31
27814/ 2011	54.931,39
28780/ 2011	157.866,67
28888/ 2011	112.068,41
28993/ 2011	77.944,13
29094/ 2011	147.487,36
29442/ 2011	157.371,06
23570/ 2012	66.790,59
14240/ 2011	124.699,13

**Tabela 4: Valor das Condenações (continuação)**

Processo	Valor (R\$)
21069/2011	125.212,53
10296/2011	166.848,76
17863/2007	1.169,80
11144/2011	967.499,22
20313/2011	115.394,25
21061/2009	1.169,80
9399/2011	134.503,31
9798/2011	132.494,65
10105/2011	22.533,34
21603/2011	113.819,96
1057/2004	25.124,06
9801/2011	R\$ 123.11,24
15832/2011	45.470,46
21026/2011	72.550,17
21620/2011	114.807,71
21646/2011	140.232,88
21689/2011	75.614,98
29132/2011	98.537,33
18763/2012	65.258,55
33682/2010	122.914,31
29019/2011	83.782,60
16021/2006	60.406,52
225/2003	10.804,04
43227/2009	217.841,69
43227/2009	3.000,00
20828/2011	134.932,63
21719/2011	107.791,32
29035/2011	61.460,94
17539/2010	7.018,80
36382/2008	5.946.275,54
10563/2011	133.158,67
31369/2009	3.972.437,66
31369/2009	1.169,80
13052/2012	82.320,71
24865/2006	7.018,80
30998/2011	7.018,80
2929/1999	4.000,00
1869/2003	2.339,60
34674/2006	2.339,60
<b>Total</b>	<b>22.531.172,68</b>

## **4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS**

### ***4.1 Planejamento e Modernização Institucional***

As ações e iniciativas organizacionais a seguir relatadas orientam-se nos objetivos estratégicos do Tribunal, que privilegiam a priorização e a orientação das ações de controle externo por relevância, a garantia de maior efetividade dos instrumentos de controle e a agilidade do ciclo processual, a intensificação de medidas preventivas e orientadoras, o monitoramento do cumprimento das decisões, a ênfase no controle sistêmico, o aprimoramento da comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento dos sistemas de TI, a permanente qualificação e motivação dos servidores, o desenvolvimento de cultura orientada para resultados, e a intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle.

### ***4.2 Gestão de Recursos Humanos***

Desenvolver o capital humano para o pleno atingimento dos objetivos estratégicos institucionais tem sido uma preocupação permanente da direção do Tribunal. Nesse sentido, as ações na área de gestão de recursos humanos do TCDF objetivam dotá-lo de servidores competentes e motivados para o exercício das suas atribuições funcionais.

Nesse campo, foram publicadas as Portarias nº 8 e nº 9, ambas de 13 de janeiro de 2014, que estabelecem os índices de atualização dos valores do auxílio-alimentação e do auxílio pré-escolar, que beneficiam membros e servidores do TCDF.

Ainda na área de recurso humanos, com vistas à recomposição do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal, encontra-se em andamento o concurso público para seleção e admissão de Auditores de Controle Externo e Analistas e Técnicos de Administração Pública.

**Quadro de Pessoal** – A Tabela 5 retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no final do trimestre anterior.

**Tabela 5: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal**

Discriminação	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados em 31.03.14
		Posição em 31.12.13	Posição em 31.03.14	
Auditor de Controle Externo	270	244	243	90
Técnico de Finanças e Controle Externo	34	5	4	12
Analista de Administração Pública	50	2	2	4
Técnico de Administração Pública	258	154	152	59
Auxiliar de Administração Pública	73	40	39	53
<b>Subtotal</b>	<b>685</b>	<b>445</b>	<b>440</b>	<b>64</b>
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	0	0	0
Procuradores	4	4	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	46	48	-
Requisitados a outros Órgãos	-	37	41	-
<b>Total</b>	<b>699</b>	<b>539</b>	<b>540</b>	<b>77</b>

**Treinamento e Intercâmbio Institucional** – O Tribunal desenvolve periodicamente ações voltadas para o permanente aperfeiçoamento de membros e servidores da Casa, tais como cursos, palestras, seminários, encontros com instituições congêneres e contatos com autoridades, representantes de entidades etc. A Tabela 6 consolida os eventos realizados ou iniciados no 1º trimestre.

Em relação à matéria, pela Decisão Administrativa nº 4/2014, o Tribunal aprovou o Plano Bianual de Capacitação dos servidores desta Corte.

**Tabela 6: Demonstrativo dos Eventos de Capacitação dos Servidores**

<b>Cursos</b>	<b>Número de participantes</b>	<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Custo do evento (R\$)</b>	<b>Local</b>
Elaboração de pareceres e relatórios	23	20	19.500,00	DF
Contratação de soluções de tecnologia da informação pela Administração Pública – melhores práticas de acordo com a IN nº 04/10 e o TCU	5	24	11.970,00	DF
Parcerias Público-Privadas - PPP	3	16	11.685,00	SP
<b>Outros Eventos</b>				
EXPOREVESTIR 2014	1	16	s/ônus	SP
FEICON BATIMAT	2	24	1.674,50	SP
1ª Reunião TC's	1	8	s/ônus	DF
I Congresso Brasileiro de Doenças Funcionais do Aparelho Digestivo e I Encontro de Lideranças em Gastroenterologia das Américas	1	32	350,00	PE
ISC 2014 - Conferência de Segurança	2	16	s/ônus	SP
Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas	1	24	s/ônus	DF
Seminário Cooperação Internacional e os Tribunais de Contas brasileiros	2	8	s/ônus	DF
Treinamento sobre pavimentação com concreto	3	8	s/ônus	DF
Reunião técnica do comitê gestor / cerimônia de posse	1	8	s/ônus	DF
Reuniões IBRAOP	1	8	s/ônus	DF
Primeira reunião técnica do Instituto Rui Barbosa	1	16	s/ônus	DF
	39	228	45.179,50	-

### **4.3 Execução da Despesa**

O Anexo 2 – Demonstrativo da Execução da Despesa contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício em curso e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se, no citado Anexo, que a execução da despesa alcançou R\$ 61.709.298,79, equivalendo a 22,2% da despesa autorizada total de R\$ 277.855.750,00, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 216.146.451,21.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos institucionais e a programação aprovada no Plano Geral de Ação do TCDF para 2014 foram realizadas, no primeiro trimestre, as ações registradas ao longo deste Relatório.

No exercício do controle externo, o Plenário do Tribunal prolatou 1.426 decisões nas 44 sessões realizadas. Foram proferidas pela Presidência 23 decisões e 8 decisões liminares.

Na área de competência das Secretarias de Controle Externo, foram concluídas 1 auditoria e 6 inspeções e instruídos 1.248 processos no período. O estoque de processos apto a ser instruído situou-se no patamar de 1.315 autos.

No campo organizacional ocorreu a aprovação do Plano Bianual de Capacitação, documento de destacada relevância na orientação das ações de treinamento e capacitação de membros e servidores desta Corte de Contas.

Ainda na área de recursos humanos, deu-se início, no período, às inscrições para os concursos de seleção e admissão de Auditores de Controle Externo e Analistas e Técnicos de Administração Pública, para recomposição do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do TCDF.

Assim, com base nas realizações descritas ao longo deste Relatório e acima sintetizadas, verifica-se o esforço realizado por membros e servidores desta Casa, nas áreas de controle externo e organizacional, para cumprir com economicidade, eficiência, eficácia e efetividade as competências constitucionais atribuídas ao Tribunal.

## ***Equipe Responsável pelo Relatório***

### ***Coordenação Geral***

*Delso Ferreira da Silva Júnior*  
*Diretor da DIPLAN*

### ***Elaboração***

*Robison Pereira da Silva*  
*Auditor de Controle Externo*

*Jefferson Gonçalves da Silva*  
*Técnico em Administração Pública*

*Elizabeth Carneiro Zaiden*  
*Técnica em Administração Pública*

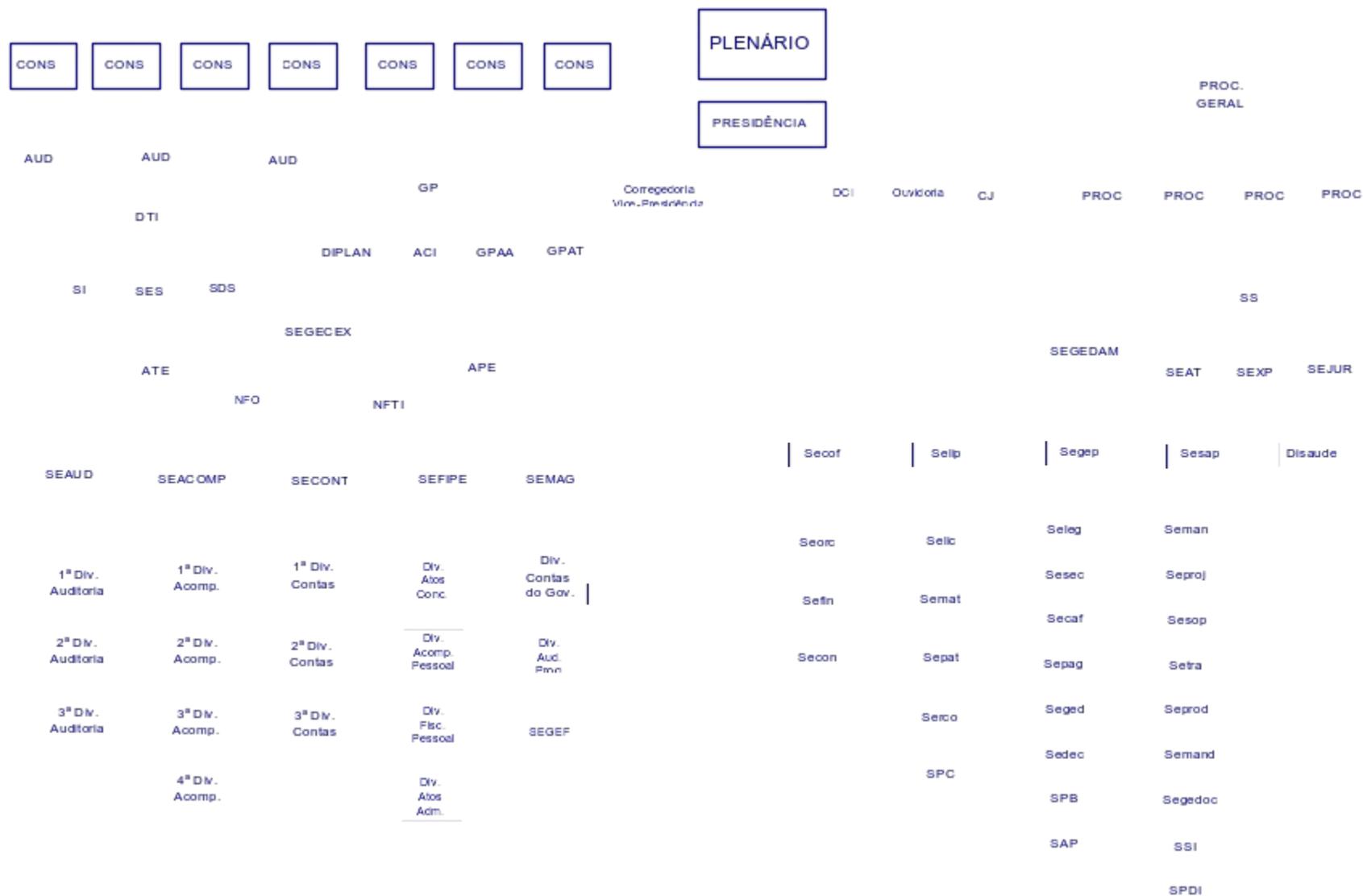
*Registre-se, ainda, a participação dos servidores das unidades técnicas e administrativas no fornecimento de dados e informações.*

## ***Anexos:***

***Anexo 1 - Organograma do Tribunal / Significados das Siglas***

***Anexo 2 - Execução da Despesa***

**Anexo 1: Organograma do Tribunal**



**Anexo 1: Significado das Siglas**

CONS	Conselheiro
AUD	Aditor
PROC GERAL	Procuradoria Geral
PROC	Procurador
DCI	Divisão de Controle Interno
CJ	Consultoria Jurídica
GP	Gabinete da Presidência
GPAA	Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência
GPAT	Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência
ACI	Assessoria de Comunicação Institucional
DIPLAN	Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa
DTI	Divisão de Tecnologia da Informação
SI	Seção de Infraestrutura
SES	Seção de Entrega de Serviços
SDS	Seção de Desenvolvimento de Soluções
SS	Secretaria das Sessões
SEAT	Serviço de Apoio Técnico
SEXP	Serviço de Expedição e Plenário
SEJUR	Serviço de Jurisprudência
SEGECEX	Secretaria-Geral de Controle Externo
ATE	Assessoria Técnica e de Estudos Especiais
APE	Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização
NFO	Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
NFTI	Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SEAUD	Secretaria de Auditoria
Div. Auditoria	Divisão de Auditoria
SEACOMP	Secretaria de Acompanhamento
Div. Acomp.	Divisão de Acompanhamento
SECONT	Secretaria de Contas
Div. Contas	Divisão de Contas
SEFIPE	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Conc.	Divisão de Atos de Concessão
Div. Acomp. Pessoal	Divisão de Acompanhamento de Pessoal
Div. Fisc. Pessoal	Divisão de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Adm.	Divisão de Atos de Admissão
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Div. Contas do Gov.	Divisão de Contas do Governo
Div. Aud. Prog.	Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos
SEGEF	Serviço de Gestão Fiscal
SEGEDAM	Secretaria-Geral de Administração
Secof	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Seorc	Serviço de Execução Orçamentária
Sefn	Serviço de Execução Financeira
Secon	Serviço de Contabilidade
Seip	Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Selic	Serviço de Licitação
Semat	Serviço de Material
Sepat	Serviço de Patrimônio
Serco	Serviço de Contratos
SPC	Supervisão de Planejamento da Contratação
Segep	Secretaria de Gestão de Pessoas
Seleg	Serviço de Legislação de Pessoal
Secaf	Serviço de Cadastro Funcional
Sepag	Serviço de Pagamento de Pessoal
Seged	Serviço de Gestão do Desempenho
Sesec	Serviço de Seleção e Capacitação
Sedec	Serviço de Desenvolvimento de Competências
SPB	Supervisão de Proventos, Pensões e Benefícios
SAP	Supervisão de Atendimento e Apoio aos Aposentados e Pensionistas
Sesap	Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
Seman	Serviço de Manutenção
Seproj	Serviço de Obras e Projetos
Sesop	Serviço de Segurança e Suporte Operacional
Setra	Serviço de Transportes
Seprod	Serviço de Protocolo e Preservação Documental
Semand	Serviço de Expedição de Mandados
Segedoc	Serviço de Gestão da Informação e da Documentação
SSI	Supervisão de Sistemas de Informação
SPDI	Supervisão de Pesquisa e Disseminação da Informação
Disaude	Divisão de Programas da Saúde

## Anexo 2: Execução da Despesa

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA DESPESA - 1º TRIMESTRE DE 2014

PROGRAMA DE TRABALHO	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00
CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO	2.100.000,00	2.100.000,00	1.320.000,00	780.000,00
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	216.301.880,00	216.301.880,00	44.559.264,60	171.742.615,40
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	25.630.000,00	25.630.000,00	5.305.001,66	20.324.998,34
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15.740.000,00	15.740.000,00	6.105.114,66	9.634.885,34
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3.078.870,00	3.078.870,00	79.380,00	2.999.490,00
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.000.000,00	3.000.000,00	916.985,26	2.083.014,74
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.160.000,00	1.160.000,00	107.864,00	1.052.136,00
PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	305.000,00	305.000,00	5.000,00	300.000,00
REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.100.000,00	2.100.000,00	19.900,00	2.080.100,00
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.400.000,00	7.400.000,00	3.290.788,61	4.109.211,39
<b>TOTALS</b>	<b>277.855.750,00</b>	<b>277.855.750,00</b>	<b>61.709.298,79</b>	<b>216.146.451,21</b>

Fonte: SIGGO - consulta realizada no dia 28.04.2014